

AO DOMINGO

Descentralização ou regionalização,
qual o caminho a seguir?

Clara Almeida Santos
Vice-reitora
da Universidade
de Coimbra

Em fevereiro, a Gulbenkian divulgou um estudo em que propunha uma nova forma de olhar para o mapa de Portugal. A grande novidade que trouxe foi a proposta de mudança de paradigma: as dinâmicas atuais do território, das populações e das relações comerciais não são compatíveis com a tradicional clivagem entre as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, entre o Norte e o Sul, entre o litoral e o interior. Este mapa, traçado em fluxos, será de grande importância para os nossos decisores. Sou da opinião de que há demasiadas divisões administrativas – excesso de concelhos, uma confusão de nomenclaturas de unidades territoriais e estranhos entendimentos sobre entidades regionais e comunidades intermunicipais que não coincidem e, muitas vezes, se atrapalham. Respondendo à questão e depois deste preâmbulo, sobra-me espaço apenas para defender o caminho da simplificação, que deve ser feito atendendo à realidade e não à imagem que se tem a partir de Lisboa sobre o país.



Fernando Gomes
Economista

A pergunta parece indiciar que descentralização e regionalização são caminhos alternativos. Ora, não são. A regionalização é a expressão suprema da descentralização, em que a transferência de poderes é acompanhada pelo reforço da legitimidade e do poder político. Há, contudo, quem prefira a política dos pequenos passos para tal fim, o que parece ser a fórmula adotada pelo Governo. Tenho, contudo, as maiores dúvidas sobre o modelo que tem vindo a ser anunciado. A eleição direta para as áreas metropolitanas confere autoridade política reforçada para o exercício das funções descentralizadas, é certo. Mas não será este modelo, em si mesmo, a assunção do fim das sempre adiadas regiões administrativas? Como vão conviver áreas metropolitanas com regiões? Ou será que estamos afinal a criar já duas regiões metropolitanas? E, depois, teremos mais cinco? Voltamos ao tempo do eng. Guterres, com regiões à medida? Resta esperar para ver.



Sebastião Fayo de Azevedo
Reitor
da Universidade
do Porto

Devemos seguir, de forma determinada, o caminho possível para estabelecermos regiões com a massa crítica e com a autonomia política e financeira necessárias para o nosso desenvolvimento sustentado. Há 40 anos que persiste um modelo de centralização que tem tolhido esse desenvolvimento. Certo que progredimos nestes anos, mas muito menos do que deveríamos e poderíamos ter progredido. Precisamos de outro modelo. Hoje, não haverá as dúvidas que há cerca de 20 anos conduziram ao colapso dessas reformas tentadas, mas a Grande Conferência dos 128 anos do IN, realizada no passado dia 2, colocou de novo a nu a complexidade dessa decisão de modelo a adotar, expressa na diversidade de opiniões, não convergentes, de vários atores relevantes. No essencial da ação, como disse o autarca Fernando Medina, nessa mesma conferência, “a distribuição de poder nunca será feita sem conflito e uma boa luta... pois a resistência para que tudo fique na mesma é muito grande”. De acordo...